

Revista

Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário

ANO XV — Nº 85 — MAR-ABR 2025

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Tribunal Marítimo – Portaria nº 30/TM, de 14 de julho de 2021
Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Portaria CONJUD nº 610-001/2013
Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Despacho nº TRF2-DES-2021/30696
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Portaria nº 04, de 31.05.2012 – Registro nº 27
Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Portaria nº 942, de 13.08.2013 – Ofício – 1528443 – GPRES/EMAGIS
Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Despacho PA SEI nº 0004428-63.2021.4.05.7000, de 10.07.2023

EDITORIAL IEM — INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

PRESIDENTE DE HONRA: Dr. Célio Benevides de Carvalho (*in memoriam*)

DIRETOR: Dr. André Benevides de Carvalho

SELDRAS COMUNICAÇÕES

DIRETORA: Selma Martins Hernandez

CONSELHO EDITORIAL

Benjamin Gallotti Beserra (*in memoriam*),
Vicente Marotta Rangel (*in memoriam*), Camila Mendes Vianna Cardoso,
Mário Povia, Nelson Cavalcante e Silva Filho, Osvaldo Agripino de Castro Júnior,
VA Ralph Dias da Silveira Costa, Wilson Pereira de Lima Filho

COMITÉ TÉCNICO

Alexandre Moreira Lopes, Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra,
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira, Fernando Pieri Leonardo, Karolina Manuel, Ingrid Zanella,
João Paulo Alves Justo Braun, José Carlos Higa de Freitas, Kelly Gerbiany Martarello,
Laércio Cruz Uliana Júnior, Lucas Leite Marques, Marcel Nicolau Stivaletti,
Marcelo de Lucena Sammarco, Solon Sehn, Tainara Bento Ferreira da Paixão, Werner Braun Rizk

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, Dionísio Tavares da Câmara Junior,
Gabrielle Brüggemann Schadrack, Helen Martins de Carvalho, Paulo Henrique Cremonese,
Paulo Roberto da Costa Barros, Renato de Lacerda Paiva

2011 © INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

Uma publicação do IEM – Instituto de Estudos Marítimos e da SELDRAS Comunicações.

Publicação bimestral de doutrina, jurisprudência, legislação e outros assuntos aduaneiros, marítimos e portuários.

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução parcial ou total, sem consentimento expresso dos editores.

As opiniões emitidas nos artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.

Os acórdãos selecionados para esta Revista correspondem, na íntegra, às cópias obtidas nas secretarias dos respectivos tribunais.

Distribuída em todo o território nacional.

Tiragem: 3.000 exemplares

Revisão e Diagramação: Dois Pontos Editoração

Artigos para possível publicação poderão ser enviados para o endereço contato@estudosmaritimos.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário. – v. 1, n. 1 (mar./abr. 2011)- . – São Paulo : Instituto de Estudos Marítimos, 2011- .
v. 15, n. 85, mar./abr. 2025 : 248 p. ; 23 cm.

Bimestral
ISSN 2236-5338

1. Direito aduaneiro. 2. Direito marítimo. 3. Direito portuário.
CDU 347.79
CDD 342.29

Bibliotecária responsável: Nádía Tanaka – CRB 10/855

INSTITUTO DE ESTUDOS MARÍTIMOS

Rua Padre João Manuel, 808 –

6º andar – Cerqueira César

01411-000 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone para Contato: (11) 3063-1544

Vendas e Renovação: (11) 99676-1162 com Selma M. Hernandez

E-mail: contato@estudosmaritimos.com.br

<https://www.estudosmaritimos.com.br>



Normas Editoriais para Envio de Artigos	15
--	-----------

Assunto Especial

III SEMINÁRIO CAPIXABA DE DIREITO DO TRABALHO PORTUÁRIO

DOCTRINAS

1. Princípio da Intervenção Mínima na Autonomia de Vontade Privada Coletiva: uma Análise sob a Luz do Tema 1.046 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal
Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira..... 17
2. Adicional de Risco Portuário: Análise Jurisprudencial e Aplicação da Lei nº 4.860/1965
Renato de Lacerda Paiva 31

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Da Invalidade da Cláusula Compromissória de Arbitragem no Contrato Internacional de Transporte Marítimo de Carga (e da Ineficácia perante o Segurador Sub-Rogado)
Paulo Henrique Cremonese 44
2. O Direito Aduaneiro e Sua Autonomia Didática: entre a Unidade Científica e a Especialização
Gabrielle Brüggemann Schadrack 71
3. Breves Apontamentos sobre o Regime Jurídico Infracional Aduaneiro Argentino – Um Paralelo com o Regime Jurídico Infracional Brasileiro
Helen Martins de Carvalho..... 86

JURISPRUDÊNCIA JUDICIAL

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Marítimo 101
2. Tribunal Regional Federal da 1ª Região..... 115
3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região..... 121
4. Tribunal Regional Federal da 3ª Região..... 140
5. Tribunal Regional Federal da 4ª Região..... 149

6. Tribunal Regional Federal da 5ª Região.....	157
7. Tribunal Superior do Trabalho	163

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência.....	170
-------------------------------------	-----

Seção Especial

ASSUNTOS DA IMO, COORDENADOS PELO ESTADO-MAIOR DA ARMADA – MARINHA DO BRASIL

1. Assuntos da Organização Marítima Internacional – Transição Energética no Mar: as Decisões Que Moldarão o Transporte Marítimo das Próximas Décadas Paulo Roberto da Costa Barros	222
---	-----

INFORMATIVO TRIBUNAL MARÍTIMO

1. Registro de Embarcações no Tribunal Marítimo Dionísio Tavares da Câmara Junior	237
--	-----

Índice Alfabético e Remissivo.....	245
---	------------

Índice por Assunto Especial

DOCTRINAS

Assunto

III SEMINÁRIO CAPIXABA DE DIREITO DO TRABALHO PORTUÁRIO

- Adicional de Risco Portuário: Análise Jurisprudencial e Aplicação da Lei nº 4.860/1965 (Renato de Lacerda Paiva)..... 31
- Princípio da Intervenção Mínima na Autonomia de Vontade Privada Coletiva: uma Análise sob a Luz do Tema 1.046 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal (Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira)..... 17

Autor

CELSO RICARDO PEEL FURTADO DE OLIVEIRA

- Princípio da Intervenção Mínima na Autonomia de Vontade Privada Coletiva: uma Análise sob a Luz do Tema 1.046 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal 17

RENATO DE LACERDA PAIVA

- Adicional de Risco Portuário: Análise Jurisprudencial e Aplicação da Lei nº 4.860/1965 31

Índice Geral

DOCTRINAS

Assunto

BREVES APONTAMENTOS

- Breves Apontamentos sobre o Regime Jurídico Infracional Aduaneiro Argentino – Um Paralelo com o Regime Jurídico Infracional Brasileiro (Helen Martins de Carvalho)..... 86

DA INVALIDADE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

- Da Invalidade da Cláusula Compromissória de Arbitragem no Contrato Internacional de Transporte Marítimo de Carga (e da Ineficácia perante o Segurador Sub-Rogado) (Paulo Henrique Cremoneze) 44

O DIREITO ADUANEIRO E SUA AUTONOMIA DIDÁTICA

- O Direito Aduaneiro e Sua Autonomia Didática: entre a Unidade Científica e a Especialização (Gabrielle Brüggemann Schadrack)..... 71

Autor

GABRIELLE BRÜGGEMANN SCHRACK

- O Direito Aduaneiro e Sua Autonomia Didática: entre a Unidade Científica e a Especialização 71

HELEN MARTINS DE CARVALHO

- Breves Apontamentos sobre o Regime Jurídico Infracional Aduaneiro Argentino – Um Paralelo com o Regime Jurídico Infracional Brasileiro..... 86

PAULO HENRIQUE CREMONEZE

- Da Invalidade da Cláusula Compromissória de Arbitragem no Contrato Internacional de Transporte Marítimo de Carga (e da Ineficácia perante o Segurador Sub-Rogado)..... 44

ASSUNTOS DA IMO, COORDENADOS PELO ESTADO-MAIOR DA ARMADA – MARINHA DO BRASIL

Assunto

ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL

- Assuntos da Organização Marítima Internacional – Transição Energética no Mar: as Decisões Que Moldarão o Transporte Marítimo das Próximas Décadas (Paulo Roberto da Costa Barros) 222

Autor

PAULO ROBERTO DA COSTA BARROS

- Assuntos da Organização Marítima Internacional – Transição Energética no Mar: as Decisões Que Moldarão o Transporte Marítimo das Próximas Décadas (Paulo Roberto da Costa Barros) 222

INFORMATIVO TRIBUNAL MARÍTIMO

Assunto

REGISTRO DE EMBARCAÇÕES

- Registro de Embarcações no Tribunal Marítimo (Dionísio Tavares da Câmara Junior) 237

Autor

DIONÍSIO TAVARES DA CÂMARA JUNIOR

- Registro de Embarcações no Tribunal Marítimo 237

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Assunto

AGRAVO DE INSTRUMENTO

- Processual civil. Agravo de instrumento. Revisão de estimativa de empresa. Mudança de “limitada” para “ilimitada”. IN RFB 1984/2020. Pedido de reconsideração da decisão de arquivamento. Possibilidade. juntada de novos documentos. Não apreciação do pedido pela administração pública. Revisão automática. Art. 32, § 1º e § 1º-A; art. 56, caput e § 1º; ambos da in RFB 1984/2020. Agravo de instrumento provido (TRF 5ª R.)..... 5857, 157

AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE

- I – Agravo de instrumento do reclamante. Recurso de revista sob a égide da Lei 13.467/2017. Enquadramen-

to sindical. Atividade preponderante. Transcendência não reconhecida. Isonomia salarial. tomadora empresa pública impossibilidade. Diferenças em relação aos trabalhadores avulsos. inviável. Categorias distintas. transcendência não reconhecida. Adicional de risco. isonomia com empregados de empresa pública. Trabalhador não enquadrado como avulso. transcendência não reconhecida. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Transcendência não reconhecida. Diferenças de produção. Súmula 126 do TST. Prejudicado o exame dos critérios de transcendência. Jornada de trabalho. diferenças de horas extras. Súmula 126 do TST. Prejudicado o exame dos critérios de transcendência. Danos morais. Súmula 126 do TST. prejudicado o exame dos critérios de transcendência. Responsabilidade subsidiária da tomadora. prejudicado o exame dos critérios de transcendência. Honorários advocatícios. Ação ajuizada antes da Lei 13.467/2017. Transcendência não reconhecida. II – Agravo de instrumento da reclamada. Recurso de revista sob a égide da Lei 13.467/2017. Adicional de insalubridade. EPI com prazo de validade vencido. Súmula 289 do TST. Transcendência não reconhecida. Intervalo intrajornada. desrespeito. Súmula 437 do TST. Transcendência não reconhecida (TST)..... 5858, 163

AGRAVO INTERNO

- Agravo interno. Agente marítimo e agente de transporte. Distinção. Recurso desprovido. (TRF 3ª R.)... 5855, 140

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Direito administrativo. Remessa necessária e apelação cível. Mandado de segurança. Processo administrativo. direito de vista e obtenção de cópias. Princípio do contraditório e ampla defesa. Segurança concedida. Remessa necessária e recurso de apelação desprovidos (TRF 1ª R.)..... 5853, 115

DIREITO TRIBUTÁRIO

- Direito tributário. Ação de execução fiscal. IPTU. Imunidade tributária recíproca. Companhia Docas do Rio de Janeiro. Coisa julgada. Relação jurídica de trato continuado. Lei nº 14.047/2020. Manutenção da imunidade. Honorários advocatícios. Observância do art. 85, § 3º e § 6º-A, CPC. Inaplicabilidade da equidade. Recurso desprovido (TRF 2ª R.)..... 5854, 121

MANDADO DE SEGURANÇA

- Tributário. Mandado de segurança. Tema STJ 779. PIS e Cofins. Conceito de insumo. despesas com serviços/despesas portuárias, especialmente despacho aduaneiro, armazenagem, movimentação e manuseio de carga, levante, pesagem e descarregamento de contêiner, capatazia, *demurrage*, desconsolidação e TRS, emissão de certificado de destinação final de resíduos (CDF), frete do porto até os depósitos da impetrante, segurança e logística (TRF 4ª R.)..... 5856, 149

NAVIO MERCANTE (N/M)

- Navio Mercante (N/M): Arribada forçada de navio mercante ao Porto de Fortaleza, CE, após sofrer avaria no cilindro nº 3 do motor de combustão principal. Deficiência de manutenção planejada do motor principal e montagem incorreta de bico injetor do cilindro nº 3 durante manutenção corretiva. Negligência. Imperícia. Condenação (TM)..... 5852, 101

EMENTÁRIO

Assunto

ABALROAMENTO

- Abalroamento – comboio e balsa – tronco submerso – naufrágio – danos materiais – deficiência de equipagem – condenação..... 5859, 170
- Abalroamento marítimo – cerceamento de defesa – não ocorrência – culpa concorrente – relatório da Capitania dos Portos – presunção de veracidade – apelação – desprovimento..... 5860, 170

AFRMM

- AFRMM – mandado de segurança – capatazia no valor aduaneiro – constitucionalidade – incidência sobre despesas no porto de destino – segurança denegada – apelação – desprovimento..... 5861, 171

AGENTE DE CARGAS

- Agente de cargas – ação coletiva – filiação – ausência – coisa julgada – violação – inexistência – responsabilidade solidária – prestação intempestiva de informações – denúncia espontânea – descabimento – multa – efeito confiscatório – inocorrência..... 5862, 172

AGENTE MARÍTIMO

- Agente marítimo – infração – descaracterização – retroatividade benéfica – art. 106, II, do CTN – anulação da penalidade – recurso – desprovimento..... 5863, 173
- Agente marítimo – prestação de informações – responsabilidade – multa aduaneira – prescrição intercorrente administrativa – inaplicabilidade – denúncia espontânea – descabimento – autuação – legalidade..... 5864, 174
- Agente marítimo – responsabilidade tributária – multa aduaneira – prescrição intercorrente administrativa – inaplicabilidade – denúncia espontânea – princípios constitucionais – autuação – legalidade..... 5865, 174

ARRENDAMENTO PORTUÁRIO

- Arrendamento portuário – Porto de Antonina/PR – Terminal da Ponta do Félix – prorrogação de contrato – matrizes de responsabilidades e de riscos – alterações – TCU – determinações..... 5866, 176
- Arrendamento portuário – Porto de Paranaguá – desestatização – TCU – auditoria – irregularidades – não detecção – leilão – prosseguimento – monitoramento..... 5867, 176

CONTRATO DE ARRENDAMENTO PORTUÁRIO

- Contrato de arrendamento portuário – rescisão unilateral – ilegalidade – econômico-financeiro – desequilíbrio – não comprovação – Administração – ilegalidade – inocorrência – indenização – descabimento..... 5868, 177

DEPOSITÁRIO ADUANEIRO

- Depositário aduaneiro – responsabilidade tributária – extravio de mercadorias – crédito tributário – Decreto-Lei nº 37/1966 – dever de guarda – risco da atividade – segurança denegada – apelação – não provimento..... 5869, 178

DESCARGA DIRETA

- Descarga direta – fertilizantes hidroscópicos – inatenuação de armazenagem – laudo técnico – IN RFB 1.282/2012 – cumprimento – medida liminar – recurso – desprovemento 5870, 178

DESPACHANTE ADUANEIRO

- Despachante aduaneiro – prestação de serviços – responsabilidade – erro na classificação tributária – ausência de falha nos serviços – apelação – não provimento..... 5871, 179

DIREITO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO

- Direito tributário e aduaneiro – descarga direta – mercadorias a granel – *drawback*-suspensão – anuência do Decex – demora administrativa – inexigibilidade do importador – sentença – manutenção..... 5872, 179
- Direito tributário e aduaneiro – mandado de segurança – retenção de mercadorias – subfaturamento – suspensa – Súmula nº 323/STF – ilegalidade da medida – recurso – desprovemento 5873, 180

DRAWBACK

- *Drawback* – descumprimento de obrigação acessória – equívoco formal – boa-fé na exportação – manutenção do benefício – apelação não provida 5874, 181

EMBARCAÇÃO

- Embarcação – cessão de posse – omissão de documento – competência da Antaq – auto de infração – nulidade não acolhida – apelação – desprovemento 5875, 182
- Embarcação – explosão e incêndio a bordo – imprudência – condenação 5876, 184

EMBARCAÇÃO MARÍTIMA

- Embarcação marítima – alienação anterior à penhora – fraude à execução – inexistência – registro no Tribunal Marítimo – inexistência – embargos de terceiro – apelação cível – desprovemento 5877, 184
- Embarcação marítima – transporte de tripulantes – documentação migratória irregular – auto de infração – remessa necessária – improvemento..... 5878, 185

ESTIVADOR

- Estivador – aposentadoria por tempo de contribuição – auxiliar de depósito – equiparação profissional – aviso-prévio indenizado – não cômputo – revisão de benefício – opção pelo mais vantajoso – apelação do INSS – provimento 5879, 186

EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS

- Exportação de animais vivos – proibição nacional – julgamento *ultra petita* não configurado – apelação – provimento parcial 5880, 186

ICMS

- ICMS – imunidade tributária – entidade beneficente – importação para assistência médico-hospitalar – reexame necessário – remessa oficial – desprovemento 5883, 191

ICMS-IMPORTAÇÃO

- ICMS-Importação – contrato de encomenda – descaracterização – apelação – provimento 5881, 188
- ICMS-Importação – sujeito ativo – importação por conta e ordem – destinatário jurídico – Estado do destinatário final – agravo interno – provimento 5882, 190

IPTU

- IPTU – bem público cedido – exploração portuária – imunidade tributária – ausência – STF – precedente – apelação cível – desprovemento 5884, 191
- IPTU – imunidade tributária recíproca – Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) – execução fiscal – coisa julgada – imunidade – manutenção – agravo de instrumento – desprovemento 5885, 192

PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO

- PIS/Cofins-Importação – ISS na base de cálculo – exclusão – autoridade coatora – ilegitimidade – teoria da encampação – inaplicabilidade – sentença – anulação 5886, 194
- PIS/Cofins-Importação – mercadorias destinadas à ZFM – incidência – GATT – afetação como repetitivo 5887, 195

PORTO DE ARATU

- Porto de Aratu – operação portuária – descarga direta de mercadorias – incapacidade de armazenagem – competência – manifestação de arrendatário – desnecessidade – apelação cível – desprovemento 5888, 195

PORTO DE CANDEIAS/BA

- Porto de Candeias/BA – exploração portuária – desapropriação de benfeitorias – município – impossibilidade – União – prevalência – agravo de instrumento – desprovemento..... 5889, 196

PORTO DO RIO GRANDE

- Porto do Rio Grande – administração portuária – execução fiscal – legitimidade passiva – preclusão temporal – receitas – essencialidade – demonstração – inocorrência 5890, 197

PRATICAGEM

- Praticagem – embargos à execução fiscal – PIS/Cofins – prova pericial – indeferimento – defesa – cerceamento – sentença – anulação – recurso – provimento parcial..... 5891, 197

PROCEDIMENTO ADUANEIRO

- Procedimento aduaneiro – transferência de mercadorias entre recintos alfandegados – redução de custos – possibilidade – apelação – provimento parcial 5892, 199

REBOCADOR

- Rebocador – acidente pessoal – manobra de defesa – imprudência – condenação 5893, 200

RECINTO ADUANEIRO

- Recinto aduaneiro – armazenagem – mercadorias importadas – custos – exigibilidade – depósito necessário – apelação cível – desprovemento 5894, 201
- Recinto aduaneiro – mercadorias importadas – operação portuária – armazenagem – custos – exigibilidade – depósito necessário – multa contratual – aplicabilidade – apelação cível – desprovemento 5895, 201

REPORTO

- Reporto – habilitação – lucro presumido – vedação – discricionariedade legislativa – liminar – indeferimento – agravo – desprovemento 5896, 202
- Reporto – habilitação – restrição da RFB – legalidade – mandado de segurança – liminar – indeferimento – agravo de instrumento – desprovemento 5897, 203

SISCOMEX

- Siscomex – bloqueio – retenção de mercadoria – quitação do frete – apelação – desprovemento 5898, 204

TARIFA PORTUÁRIA

- Tarifa portuária – guarda provisória – operador portuário – inexigibilidade do débito – Antaq – cobrança adicional – proibição – retenção de contêineres – impossibilidade 5899, 205
- Tarifa portuária – preço de armazenagem – regime DTC – fato gerador – inoocorrência – cobrança – impossibilidade – recurso – desprovemento 5900, 206

TAXA SISCOMEX

- Taxa Siscomex – Portaria MF nº 257/2011 – majoração ilegal – atualização pelo INPC – restituição limitada – apelação – parcial provimento 5901, 206

TERMINAL HANDLING CHARGE

- *Terminal Handling Charge 2 (THC2)* – Codesp – inexigibilidade – prejudicialidade externa – agravo interno – desprovemento 5902, 207

TERMINAL PORTUÁRIO

- Terminal portuário – desova de contêineres – obrigação de fazer – inexistência – mercadoria importada – apelação cível – desprovemento 5903, 208
- Terminal portuário de uso privado (TPC) – Porto de Salvador – movimentação de cargas de terceiros – Antaq – autorização – legalidade – ação popular – apelação – recurso adesivo e remessa necessária – desprovemento 5804, 209

THC3

- THC3 – operador portuário – recinto alfandegado – guarda provisória – inexigibilidade da dívida

– Item nº 1.2.13, do Anexo II da Resolução Antaq nº 109/2023 – apelação – desprovemento 5905, 211

TRABALHADOR AVULSO PORTUÁRIO

- Trabalhador avulso portuário – carregador – agente químico – aposentadoria por tempo de contribuição – tempo de serviço especial – reconhecimento . 5906, 211

TRABALHADOR PORTUÁRIO

- Trabalhador portuário – complementação de aposentadoria – plano de empregos (PECS/2013) – prescrição – não configuração – Codesp – legitimidade passiva – apelação – provimento parcial 5907, 212

TRANSPORTE MARÍTIMO

- Transporte marítimo – ação regressiva – despesas de rolagem e armazenagem – peso do contêiner (VGM) – responsabilidade da autora – apelação – não provimento 5908, 212
 - Transporte marítimo – ação regressiva – ressarcimento de danos – agente de cargas – legitimidade passiva – não configuração – responsabilidade solidária – apelação cível – desprovemento 5909, 213
 - Transporte marítimo – afretamento de embarcação – PSV – serviços de apoio marítimo – ICMS – incidência – recurso – provimento 5910, 213
 - Transporte marítimo – carga LCL – tarifa de armazenagem – inexigibilidade do débito não acolhida – recurso – não provido 5911, 213
 - Transporte marítimo – conserto de contêiner – Justiça brasileira – competência – legitimidade passiva – apelação cível – desprovemento 5912, 214
 - Transporte marítimo – *demurrage* – legitimidade passiva – abusividade da cobrança – período – fim do *free time* – data da tentativa de devolução – apelação cível – provimento parcial 5913, 214
 - Transporte marítimo – *demurrage* – responsabilidade do transportador – percurso marítimo – cobrança não abusiva – recurso – não provimento 5914, 215
 - Transporte marítimo – *detention* – devolução de contêiner – atraso – força maior – não caracterização – apelação cível – desprovemento 5915, 215
 - Transporte marítimo – perda parcial de carga a granel – decadência – não reconhecimento – reclamação formal – necessidade – apelação cível – desprovemento 5916, 216
- TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL**
- Transporte marítimo internacional – obrigação de fazer – conhecimento de embarque original – obtenção – agente marítimo – legitimidade passiva – agravo interno – desprovemento 5917, 218
 - Transporte marítimo internacional – perda de carga – SOF – vistoria e protesto – desnecessidade – afretadora – legitimidade passiva – responsabilidade objetiva – apelação cível – provimento 5918, 219